



Número: **0800045-06.2021.8.15.0401**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Umbuzeiro**

Última distribuição : **18/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  |                    | Procurador/Terceiro vinculado   |                   |
|---|--------------------|---|-------------------|
| JOSE ADRIANO DA SILVA (AUTOR)                                 |                    | WILLIAM WAGNER DA SILVA (ADVOGADO)<br>ROBINSON OLANDINO FOOK SHIAM (ADVOGADO) |                   |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO<br>DPVAT S.A. (REU) |                    | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)  |                   |
| Documentos  |                    |   |                   |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento   | Tipo              |
| 85958183  | 21/02/2024 18:54   | <a href="#">Apelação</a>  | Apelação          |
| 85958185  | 21/02/2024 18:54   | <a href="#">2795123_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02</a>                          | Outros Documentos |
| 85958187  | 21/02/2024 18:54   | <a href="#">2795123_RECURSO_DE_APELACAO_01</a>                                | Outros Documentos |

em anexo





## Poder Judiciário do Estado da Paraíba

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E TAXAS

LEI N° 5.672/92, LEI N° 6.682/98 E LEI N° 6.688/98

Vencimento:

29/02/2024

Valor Final:

R\$ 395,13

Número da Guia:

040.2024.600068

Número do Boleto:

040.3.24.00068/01



Via da Parte / Processo

866500000033 951309283186 520240229044 032400068014

Número do Processo: 0800045-06.2021.815.0401

Comarca: Umbuzeiro

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Promovente:

JOSE ADRIANO DA SILVA

Promovido:

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Data Emissão: 16/02/2024

Valor da UFR: R\$ 65,57

Parcela: 1/1

Valor Total: R\$ 395,13

Valor Desconto: R\$ 0,00

Valor Final: R\$ 395,13

Tipo da Guia:

Custas de Recursos

Detalhamento:

- Custas Processuais:  
- Taxa bancária:

R\$ 393,42  
R\$ 1,71

### Observações:

Não serão aceitos pagamentos por meio de depósito bancário ou judicial (Ato Conjunto 02/2018). Pagamento por código de barras exclusivo no BB. Para pagamento nas demais instituições utilizar o QRCodePIX.



## Poder Judiciário do Estado da Paraíba

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CUSTAS E TAXAS

LEI N° 5.672/92, LEI N° 6.682/98 E LEI N° 6.688/98



Via Banco / Processo

0800045-06.2021.815.0401

Comarca: Umbuzeiro

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: JOSE ADRIANO DA SILVA

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Detalhamento:

- Custas Processuais:  
- Taxa bancária:

R\$ 393,42  
R\$ 1,71

Número da Guia: 040.2024.600068

Número do Boleto: 040.3.24.00068/01

Data da Emissão: 16/02/2024

Data Vencimento: 29/02/2024

UFR Vigente: R\$ 65,57

Parcela: 1/1

Valor Total: R\$ 395,13

Desconto Total: R\$ 0,00

Valor Final: R\$ 395,13

### Observações:

Não serão aceitos pagamentos por meio de depósito bancário ou judicial (Ato Conjunto 02/2018). Pagamento por código de barras exclusivo no BB. Para pagamento nas demais instituições utilizar o QRCodePIX.

866500000033 951309283186 520240229044 032400068014



Pagar com PIX



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 21/02/2024 18:54:35

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24022118543515700000080833350>

Número do documento: 24022118543515700000080833350



|   |                  |                      |                         |                      |
|---|------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| Nº DA PARCELA   | DATA DO DEPÓSITO |                      | AGÊNCIA (PREF / DV)     | Nº DA CONTA JUDICIAL |
|   | 20/02/2024       |                      | 0                       | 0                    |
| DATA DA GUIA  | Nº DA GUIA       | Nº DO PROCESSO       | TIPO DE JUSTIÇA         |                      |
| 20/02/2024  | 0402024600068    | 08000450620218150401 | ESTADUAL                |                      |
| UF/COMARCA  | ORGÃO/VARA       | DEPOSITANTE          | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |                      |
| PB/Umbuzeiro  | Vara Cível       | RÉU                  | 395,13                  |                      |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO                                   | TIPO DE PESSOA   |                      | CPF / CNPJ              |                      |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A     | Jurídica         |                      | 09248608000104          |                      |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE                              | TIPO DE PESSOA   |                      | CPF / CNPJ              |                      |
| JOSE ADRIANO DA SILVA                                   | FÍSICA           |                      | 06665401448             |                      |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA                                 |                  |                      |                         |                      |
| F430D742226754CF  |                  |                      |                         |                      |
| CÓDIGO DE BARRAS  |                  |                      |                         |                      |
| 86650000003 3 95130928318 6 52024022904 4 03240006801 4 |                  |                      |                         |                      |



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE UMBUZEIRO/PB**

**Processo n. 08000450620218150401**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ADRIANO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

UMBUZEIRO, 16 de fevereiro de 2024.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**OAB/PB 15477**



**PROCESSO ORIGINÁRIO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE UMBUZEIRO / PB**

**Processo n.º 08000450620218150401**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: JOSE ADRIANO DA SILVA**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

**BREVE RELATO DOS FATOS**

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 26/02/2019.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE**, em parte, o pedido, para condenar a promovida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** a pagar à parte autora **JOSÉ ADRIANO DA SILVA**, ambos qualificados, levando-se em consideração o grau de debilidade de média repercussão, o valor de **RS 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)**, a título de indenização do Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), corrigido pelo INPC a partir do evento danoso (Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% ao mês, contabilizados a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

*Data vênua*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

**DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

**SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008**

Conforme verifica-se nos documentos acostados pela parte Apelada, a mesma foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **26/02/2019**.

Rua do Passeio, 38, Torre 2, 15º andar - Sala 1509/1512 – Centro - RJ – Rio de Janeiro - CEP:20021-290  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Vejamos conclusão da perícia:

Num. 85958187 - Pág. 3

## **DA OMISSÃO DA INCIDÊNCIA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS**

Em relação aos honorários sucumbenciais constou o seguinte na sentença:

Considerando a sucumbência recíproca, **condeno** as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes últimos fixados em 15% (quinze por cento), que deverão ser reciprocamente suportados na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) pela parte promovida e 75% (setenta e cinco por cento) pela parte promovente, vedada a compensação, cuja cobrança ao autor ficará **suspensa**, em face da gratuidade processual concedida.

---

Verifica-se que apesar de determinar a porcentagem dos honorários ( 15 %) a decisão foi omissa em relação à incidência, ou seja, os honorários deverão ser pagos com base no valor da causa ou da condenação?

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso, para:

Seja respeitada a tabela de graduação inserida na Lei, nos termos das Súmulas 474 e 544 do STJ.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

UMBUZEIRO, 16 de fevereiro de 2024.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**OAB/PB 15477**

### **SUBSTABELECIMENTO**

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**,

Rua do Passeio, 38, Torre 2, 15º andar - Sala 1509/1512 – Centro - RJ – Rio de Janeiro - CEP:20021-290  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **OAB/PB 15477** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE ADRIANO DA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **UMBUZEIRO**, nos autos do Processo nº 08000450620218150401.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

12

<sup>1</sup>PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

<sup>2</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Rua do Passeio, 38, Torre 2, 15º andar - Sala 1509/1512 – Centro - RJ – Rio de Janeiro - CEP:20021-290  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rua do Passeio, 38, Torre 2, 15º andar - Sala 1509/1512 – Centro - RJ – Rio de Janeiro - CEP:20021-290  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 21/02/2024 18:54:36  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24022118543583300000080833352>  
Número do documento: 24022118543583300000080833352

Num. 85958187 - Pág. 6